



Senado vai analisar propostas para controlar contas públicas

Três propostas de emenda à Constituição alteram a regra de ouro para a União, definem uma regra de ouro para os estados e revisam fundos constitucionais e infraconstitucionais

O Senado deve receber hoje três propostas de emenda à Constituição. Segundo o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho, as propostas serão entregues pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião na

Casa. Bezerra disse que a expectativa é aprovar as propostas até o início de dezembro.

A primeira PEC eleva o controle fiscal das contas públicas, alterando a regra de ouro, instrumento que proíbe o endividamento da União

para pagar despesas correntes. Uma espécie de regra de ouro também deve ser definida para os estados pela segunda proposta. Já a terceira PEC vai revisar os 260 fundos constitucionais e infraconstitucionais existentes hoje. **3**

Incentivo ao Minha Casa, Minha Vida está na pauta do Plenário

O Plenário do Senado pode votar hoje projeto de lei que restaura o Regime Especial de Tributação para construtoras e incorporadoras em empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. O estímulo vale para as unidades residenciais de até R\$ 100 mil.

Outra proposta derruba portaria do governo que restringe as mamografias feitas pelo SUS a mulheres entre 50 e 69 anos. Pelo projeto, o exame poderá ser feito a partir dos 40 anos. Também na pauta, textos que tratam de ICMS, mobilidade e registro de pequenas empresas. **3**

Habitação, saúde, mobilidade e acessibilidade são temas de algumas das propostas que podem ser votadas hoje



Reque de Sá/Agência Senado - 1/10/2019

Davi assina decreto de transferência de terras ao AP

Depois de 30 anos de espera, as terras da União que integram o Amapá poderão ser transferidas ao estado. Presidente da República em exercício e presidente do Senado, Davi Alcolumbre assinou na sexta-feira, em Macapá, norma que regulamenta o processo, autorizado por medida provisória deste ano. Ministros de Estado e diversas autoridades dos governos federal e do Amapá estiveram presentes. **3**



Gustavo Canuto, Waldez Góes e Jorge Oliveira assistem à assinatura da norma

Valorização do magistério é defendida em homenagem

Em sessão especial em homenagem ao Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro, participantes defenderam salários maio-

res, melhores condições de trabalho, respeito e mais investimento na educação. A sessão foi proposta pelo senador Izalci Lucas. **2**



Secretário de Educação do DF, João Passos, professora Natanry Osório e Izalci

Sessão cobra universalização do atendimento odontológico

O Dia do Dentista foi comemorado na sexta-feira em sessão solene no Plenário. Requerente da sessão, o senador Izalci Lucas disse que a odontologia brasileira é uma das mais avançadas do mundo, mas cobrou a universalização do atendimento odontológico, que hoje alcança apenas 30% dos municípios. Dados apontam que 11% dos brasileiros adultos perderam todos os dentes, índice que chega a 41,5% entre os idosos. **2**



Pacote Anticrime poderá guiar julgamento de policiais

A morte de inocentes e a violência provocada por policiais em serviço têm preocupado o país.

Em análise no Congresso, o Pacote Anticrime proposto pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, prevê a ampliação do excludente de ilicitude, mecanismo jurídico que permite ao juiz desculpar um crime com base em circunstâncias como, no caso dos

policiais, emoção violenta, medo ou surpresa diante de um ataque. Há receio entre parlamentares e famílias de vítimas de que a medida, se não for avaliada com cuidado, possa gerar abusos e impunidade.

Para senadores e especialistas, é essencial melhorar o treinamento dos policiais e dar uma estrutura mais humanista às políticas de segurança pública. **4**



Desenho de criança moradora do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro

Reprodução/ONG Redes da Maré

Defesa da valorização do professor marca sessão

Convidados de sessão especial destacaram que o Brasil está no último lugar no ranking mundial de valorização de professores e na primeira posição quanto ao índice de violência contra educadores

SALÁRIOS MAIORES, MELHORES condições de trabalho, respeito e mais investimento na educação foram defendidos por educadores, senadores e estudantes em sessão especial na sexta-feira, em comemoração ao Dia do Professor, celebrado nacionalmente em 15 de outubro.

A sessão foi proposta pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF). O Dia do Professor foi oficializado em 1963, pelo então presidente da República, João Goulart (1919-1976) com o Decreto 52.682, determinando que o dia 15 de outubro deve ser feriado escolar.

Representando os professores aposentados da educação especial, Ana Cristina Silva destacou dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) segundo os quais o Brasil está no último lugar no ranking de valorização de professores e na primeira posição em relação aos países com maior índice de violência contra os educadores.

— Tivemos este ano um



Gerardo Magela/Agência Senado

Ao lado de representantes da categoria, Izalci (C) comanda sessão

professor morto dentro da escola. A gente hoje vê nas mídias sociais professores espancados — lamentou.

O secretário de Educação do Distrito Federal, João Pedro Ferraz dos Passos, disse que é preciso ter responsabilidade e buscar identificar os erros para garantir o futuro.

A estudante brasileira Maria Clara de Paula, aluna do Centro de Ensino Médio da Asa Norte (Cean), reconheceu os professores como transmissores de conhecimento e atores capazes de mudar a história de um cidadão.

Para Izalci, há uma inversão de valores no país quando se tem um Estado que não respeita os educadores, o que acaba refletindo na formação das crianças e adolescentes e no desempenho do Brasil no ranking de aprendizado mundial do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). O Brasil, salientou, está entre os últimos colocados.

— Os países que investiram em educação e, sobretudo, na valorização do professor, prosperaram, evoluíram e foram capazes de formar gerações ricas em saber — disse.

Gurgacz defende que SUS pague válvula aórtica por cateter

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu na sexta-feira em Plenário que o Senado vote rapidamente o projeto dele que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a pagar pela cirurgia de implantação de válvula aórtica por cateter. Aprovado com alterações pela Câmara, o PLS 688/2015 precisará de uma nova análise do Senado.

— Eu entendo que a inclusão dessa cirurgia na lista das cirurgias feitas pelo SUS vai permitir que principalmente as pessoas com menos recursos financeiros tenham uma sobrevida com qualidade.



Gerardo Magela/Agência Senado

Burocracia dificulta obras de saneamento, diz Confúcio Moura

Confúcio Moura (MDB-RO) afirmou na sexta-feira em Plenário que não é só por falta de dinheiro que não há saneamento em todo o país. Segundo o senador, as dificuldades criadas pela Caixa Econômica Federal e a falta de bom senso do Tribunal de Contas da União também dificultam o andamento das obras.

— Quem é criminoso? Quem deveria estar preso? Não é nem o governador nem ninguém. É essa esculhambação que a gente tem de arrumar — disse.



Gerardo Magela/Agência Senado

Kajuru critica falta de dados sobre perfil das crianças brasileiras

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) criticou na sexta-feira em Plenário a falta de atenção do poder público com as crianças. Para o senador, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 1990), apesar de ser considerado uma legislação avançada, não é implantado.

— Há uma falha no entendimento do perfil desses pequenos, até mesmo para o poder público. As crianças não aparecem nem mesmo nas informações levantadas pelo IBGE. De fato, vivem como crianças invisíveis.



Gerardo Magela/Agência Senado

Senado celebra Dia do Dentista e Izalci cobra universalização do atendimento

O Senado celebrou na sexta-feira o Dia do Dentista, em sessão solene no Plenário, a pedido de Izalci Lucas (PSDB-DF) e da deputada federal Celina Leão (PP-DF).

Izalci disse que a odontologia brasileira é uma das mais avançadas do mundo, mas cobrou a universalização do atendimento odontológico,

que hoje alcança apenas 30% dos municípios. O senador citou o IBGE, segundo o qual 55% dos brasileiros não consultam dentistas uma vez por ano, quando as visitas deveriam ser semestrais. Os dados apontam ainda que 11% dos adultos perderam todos os dentes, índice que chega a 41,5% entre os idosos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



TER	CI Ataques a refinarias árabes 9h Audiência debate efeitos na economia brasileira dos ataques às refinarias da Arábia Saudita. Depois, pauta de 15 itens.	CCT Radiodifusão 10h Entre 29 itens, projetos de renovação ou outorga de serviço de radiodifusão.
	CAE Indicação para o Banco Central 10h Pauta de 2 itens. Depois, sabatina de Fabio Kanczuk para o Banco Central.	CRA Comércio agropecuário 11h Audiência para avaliar o comércio internacional agropecuário.
	CE Passaporte de estudantes 11h Entre 19 itens, o PL 861/2019, que isenta estudantes de pagarem por passaporte.	CPMI FAKE NEWS Depoimento 13h Deputado federal Alexandre Frota.
	MP 889/2019 Saque do FGTS 11h Análise do relatório sobre a medida.	CMA Mudança do clima 14h Audiência para avaliar a Política Nacional de Mudança do Clima.
	SESSÃO SOLENE Carta Magna 11h Homenagem aos 31 anos da Constituição.	CMCVM Equidade no Senado 14h Audiência para divulgar o Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado.
	CPMI FAKE NEWS Depoimentos 13h30 Representantes da SaferNet, da Polícia Civil do Piauí e da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio.	CMMC Biocombustíveis 14h30 Debate sobre biocombustíveis.
	CDH Fundo de pensão da Caixa 14h Audiência sobre a gestão da Funcef.	MP 893/2019 UIF no Banco Central 14h30 Análise do relatório.
	PLENÁRIO Sessão deliberativa 14h Na pauta, o PL 888/2019, que retoma incentivos para o Minha Casa, Minha Vida.	GASTOS PÚBLICOS Qualidade do gasto público 14h30 Debate sobre qualidade do gasto público.
	MP 891/2019 13º de aposentados 14h30 Análise do relatório sobre a medida.	MP 892/2019 Papéis de S.A. via web 15h Análise do relatório sobre a medida.
	MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal 14h30 Análise do plano de trabalho.	CI Setor solar fotovoltaico 9h Audiência para debater geração, distribuição e taxação no setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia.
	LEROS Subcomissão 15h Análise do plano de trabalho.	CE Autonomia universitária 9h30 Audiência para debater o Programa Future-se, do Ministério da Educação.
	CDR Fomento ao turismo 9h Debate sobre turismo cívico.	CCJ Advogados e contadores 10h Debate sobre o PL 4.489/2019, que trata da dispensa de licitação para contratação de advogados e contadores.
	CAS Avaliação biopsicossocial 9h30 Pauta de 23 itens. Depois, audiência sobre entraves para a regulamentação da avaliação biopsicossocial por equipe multidisciplinar.	PESSOA IDOSA Estatuto 10h Audiência para debater efetividade do Estatuto da Pessoa Idosa.
	CCJ Fundo de Participação dos Estados 10h Entre 36 itens, a PEC 10/2019, que trata de retenção do FPE pela União.	SESSÃO ESPECIAL Saúde do homem 14h Campanha Novembro Azul.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado avaliará PECs com mudança na regra de ouro e revisão de fundos

Segundo o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho, propostas serão apresentadas hoje pelo ministro da Economia, Paulo Guedes

O GOVERNO ENVIARÁ ao Senado esta semana três propostas de emenda à Constituição (PEC) com objetivo de alterar a regra de ouro, definir medidas de controle fiscal para os estados e revisar os fundos constitucionais e infraconstitucionais. O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), informou que as propostas devem ser apresentadas hoje pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião no Senado.

— A expectativa é aprovar as medidas no Senado até o final de novembro ou início de dezembro — afirmou.

As propostas terão Fernando Bezerra e Eduardo Gomes (MDB-TO), novo líder do governo no Congresso, como primeiros signatários. A primeira PEC altera a regra de ouro, instrumento que proíbe o endividamento público pela União para pagar despesas correntes, como os salários do funcionalismo público. Quando a regra é descumprida, os gestores e o presidente da República podem ser enquadrados em crime de responsabilidade.

A ideia é estabelecer gatilhos que elevem o controle fiscal para conter o avanço de gastos



Fernando Bezerra e Eduardo Gomes serão os primeiros signatários

obrigatórios. Por exemplo, poderá ser considerado um gatilho quando a relação entre despesa e receita corrente atingir um percentual pré-definido, como 90%. Uma regra de ouro também deve ser definida para os estados numa segunda PEC, considerada por Bezerra como “a mais densa de todas”.

— A ideia é instituir o Conselho Fiscal da República, com as presenças dos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e tenha os gatilhos definidos toda vez que um ente federativo incorrer numa situação fiscal emergencial.

Segundo Bezerra, a PEC prevê uma série de mecanismos que serão acionados para evitar

situações de emergência fiscal, como redução de despesas com pessoal e reequilíbrio das contas da Previdência. Ele admite que as regras serão duras, mas pondera que esse “é o caminho para a saída dos problemas”.

O líder acrescentou que a PEC também aprimora os mecanismos de monitoramento das contas estaduais. Segundo ele, é preciso instituir regras de monitoramento, que serão feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), supervisionando o trabalho dos tribunais de contas dos estados, para que se possa ter transparência no acompanhamento das contas públicas dos entes federativos.

Já a terceira PEC vai propor

revisão dos 260 fundos constitucionais e infraconstitucionais. Segundo Bezerra, apenas os fundos infraconstitucionais arrecadam mais de R\$ 20 bilhões por ano.

— Na hora que acabam os fundos [constitucionais], tem mais de R\$ 20 bilhões na mesa para investimentos e despesas discricionárias, para atender as áreas prioritárias, como educação, saúde e infraestrutura. O Congresso poderá redesenhar os fundos, mas a expectativa é que os constitucionais sejam preservados — afirmou.

Paulo Rocha (PT-PA) pediu ao governo que leve em consideração a realidade dos municípios. Já Humberto Costa (PT-PE) disse que a oposição precisa conhecer os detalhes das propostas do governo. Nelsinho Trad (PSD-MS) admitiu que alguns pontos das propostas poderão causar polêmica, mas aponta que é preciso conhecer o inteiro teor dos textos. Segundo Eduardo Braga (MDB-AM), o governo precisa perceber que a combinação de um controle fiscal muito rígido com uma política monetária que retira o dinheiro de circulação está afetando o país.

Medida libera R\$ 130 milhões para pescadores do Nordeste

O decreto assinado na quinta-feira pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, como presidente da República em exercício, vai liberar cerca de R\$ 130 milhões para pagamento do seguro-defeso para 60 mil pescadores atingidos pelo vazamento de óleo no litoral nordestino. Normalmente pago apenas em novembro, o benefício, de um salário mínimo, será concedido por mais dois meses. Davi esteve em Alagoas e em Sergipe para acompanhar a limpeza das praias.

Plenário pode votar incentivo ao Minha Casa, Minha Vida

O Plenário deve votar esta semana projeto que retoma regime de incentivos para construtoras e incorporadoras em empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. O PL 888/2019 restaura o Regime Especial de Tributação (RET) para a incorporação de unidades residenciais de até R\$ 100 mil. Esse regime especial produziu efeitos até 31 de dezembro de 2018, mas, com o fim do incentivo, as construtoras voltaram ao regime comum, com mais imposto a pagar.

Outra proposta que deve ser votada é um projeto de decreto legislativo que derruba portaria do Ministério da Saúde que restringe o acesso de

mulheres de 40 a 49 anos aos exames de mamografia para detecção precoce de câncer de mama. A portaria determina que somente mulheres de 50 a 69 anos de idade podem fazer o rastreamento no Sistema Único de Saúde (SUS). O PDS 377/2015 é de Lasier Martins (Podemos-RS).

Também está na pauta do Plenário a PEC 42/2019, do Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), que revoga a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na exportação de produtos não industrializados e semielaborados. De acordo com o senador, suprimir a desoneração do ICMS prevista na Lei Kandir com uma emenda

constitucional é a única forma de preservar a autonomia federativa dos estados, já que o Executivo não dispõe de poder de veto sobre as propostas de emenda.

Outra proposta, a PEC 19/2014, pode ser votada em primeiro turno. Ela inclui a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos e garantias fundamentais. De acordo com Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta, não há no texto constitucional uma menção explícita a esses direitos.

O Plenário pode votar ainda o PLC 198/2015, que permite a baixa gratuita e automática do registro de pequenas empresas que estejam sem atividade há mais de três anos.

Davi assina decreto para transferência de terras da União ao Amapá

O presidente da República em exercício e presidente do Senado, Davi Alcolumbre, assinou na sexta-feira em Macapá decreto que regulamenta a transferência definitiva das terras da União ao estado do Amapá, prevista na Medida Provisória (MP) 901/2019. A decisão atende a uma reivindicação de 30 anos do estado.

— O Amapá hoje, de fato, de direito e com decreto de regulamentação das terras, é dos amapaenses. [...] O prefeito de Macapá, o governador do Amapá, todas as autoridades do Amapá fizeram parte da construção desse momento. Porque todos nós, amapaenses, vivemos na pele o drama da transferência das terras.

O ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira, explicou que problemas legais e operacionais dificultavam a elaboração do decreto.

— A assinatura não é favor para ninguém, é uma questão de justiça. Se dá ao Amapá o que é do Amapá. Tivemos o trabalho de buscar legalmente

as formas mais simples, menos burocráticas.

Também participaram da cerimônia o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, e o ministro interino da Ciência e Tecnologia, Júlio Semeghini, além do presidente do Incra, Geraldo Melo Filho, e o da Infraero, Hélio Paz de Barros Júnior.

Governo foi omissivo na questão do óleo, afirma Jean Paul

Jean Paul Prates (PT-RN) ressaltou sexta-feira a viagem que fez ao Nordeste



com o presidente da República em exercício, Davi Alcolumbre, para verificar os danos causados pelo derramamento de óleo.

Ele condenou a negligência do governo federal, que não tomou medidas a tempo de impedir que a mancha de óleo chegasse à costa. Entretanto, ele enfatizou o anúncio que Davi fez como presidente da República, comunicando a edição de um decreto que prorroga por 60 dias o seguro-defeso aos pescadores atingidos.

Styverson defende princípios para uso de inteligência artificial

Na semana passada, o Google anunciou que um dos seus computadores quânticos é capaz de solucionar, em segundos, um problema que outras máquinas, mesmo poderosas, demorariam milhares de anos para resolver. Ao reconhecer a importância do avanço, Styverson Valentim (Podemos-RN) defendeu sexta-feira a formulação de uma política de inteligência artificial no país.

— Minha proposta é que a solução que ela apresenta respeite a autonomia, preserve a privacidade e os vínculos de solidariedade entre os povos e que as diferenças entre gerações sejam inteligíveis, justificáveis e acessíveis.

Decisão do STF é fundamental para Lava Jato, diz Girão

Eduardo Girão (Podemos-CE) ressaltou sexta-feira que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade da prisão de condenados em segunda instância é fundamental para fortalecer a Lava Jato. A Corte adiou para novembro a conclusão do julgamento sobre o tema, após o voto de sete ministros. O placar é de quatro votos a favor e três contra a prisão em segunda instância.



— Eu ainda acredito nos ministros que vão votar, que farão aquilo que é certo para o Brasil — afirmou.

Famílias de mortos pela polícia pedem lei justa

Senadores e especialistas dizem que Pacote Anticrime deve ser analisado com atenção. Para eles, é essencial melhorar formação policial e dar olhar humanista a políticas de segurança

Ana Luisa Araujo
 Sob supervisão de Nelson Oliveira

A MORTE DE Ágatha Vitória Sales, 8 anos, baleada no dia 20 de setembro durante um passeio com a mãe, na Zona Norte do Rio de Janeiro, tem a marca das tragédias recorrentes. Antes dela, outras crianças e adolescentes haviam se tornado vítimas do quadro histórico de insegurança pública na cidade, especialmente lesivo a uma série de grupos vulneráveis, como os idosos e os moradores de favelas.

Eles reclamam não só dos criminosos, mas de ações da polícia consideradas intempestivas e arriscadas. Há suspeitas de que o disparo que matou Ágatha tenha partido de policiais militares em perseguição a traficantes. Em outras cidades

do Brasil, o conflito entre as forças de segurança e os bandidos afeta especialmente os moradores de comunidades pobres e urbanisticamente desorganizadas. É no Rio, entretanto, que essas mortes têm ganhado mais notoriedade. Marcos Vinícius Silva, 14 anos, morreu no ano passado, quando ia para a escola, atingido, segundo transeuntes, por disparo com origem em um carro blindado da Polícia Militar popularmente conhecido como caveirão. A mãe dele conversou recentemente com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e disse que o Pacote Anticrime, enviado àquela Casa pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, pode piorar as estatísticas de mortes decorrentes de intervenções policiais, que crescem desde 2013.

No Senado, tramita uma réplica do pacote, que contém a ampliação, no Código Penal, do excludente de ilicitude, mecanismo jurídico que permite ao juiz desculpar um crime com base em circunstâncias como, no caso dos policiais, violenta emoção, medo ou surpresa diante de um ataque. Ao agir em legítima defesa, para defender uma vítima ou prevenir um crime, os agentes atuam no cumprimento do dever.

Essa linha de pensamento tem recebido muitas críticas, inclusive no Congresso, com base no argumento de que abre espaço para abusos. Segundo os críticos, isso reforçaria políticas de segurança de choque (consideradas menos produtivas que as de investigação e inteligência), não cooperaria para pressionar o poder público a treinar melhor seus policiais, e manteria o quadro de baixa solução de crimes com envolvimento da polícia.

Congresso avalia propostas sobre o tema

O excludente de ilicitude, um dos pontos do Pacote Anticrime, abranda punições para atos de policiais em situações como a que vitimou Ágatha.

Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o ponto em questão foi retirado da proposta pelo grupo que examinou previamente o texto, mas o relator, o deputado Capitão Augusto (PL-SP), defende a volta. O relator da réplica do pacote no Senado, Marcos do Val (Podemos-ES), defendeu a manutenção da proposta de Moro, com emendas.

Paim exige cuidado com a população e novo modelo de segurança pública

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), critica políticas como usar helicópteros policiais em comunidades.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

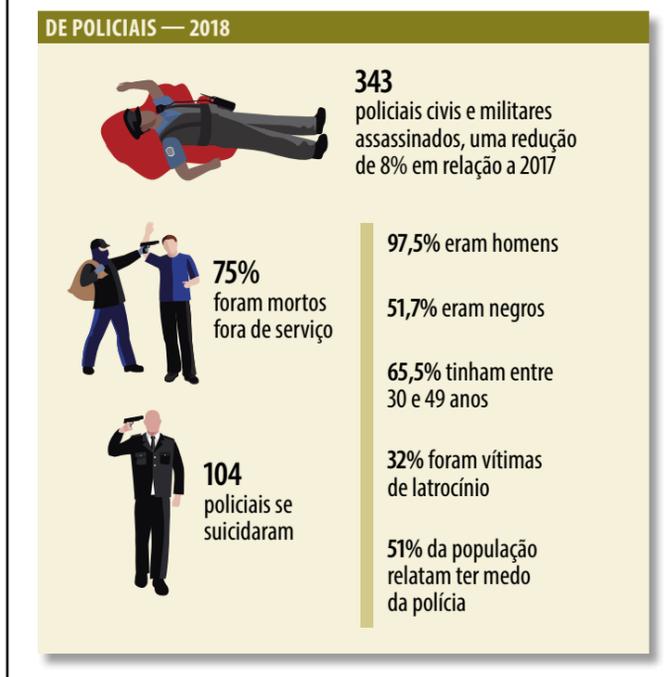
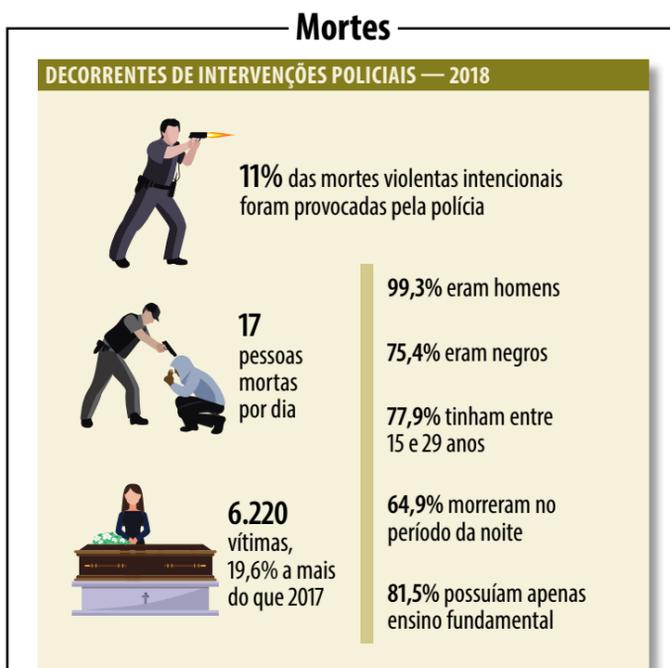
advogados vai sempre ficar impune.

O senador defende um novo modo de fazer segurança pública.

— Não adianta só montar mais pre-

sídios. Ou o país tem uma mudança, uma nova estrutura humanista com políticas preventivas para as pessoas não entrarem na linha do crime e da droga, ou não vai resolver. É preciso olhar além do horizonte e partir para a educação e reeducação da nossa gente.

— Somos a favor de toda iniciativa que tenha como intenção combater o crime e a violência, mas precisamos ter cuidado para analisar o Pacote Anticrime sem deixar que mais uma vez o alvo seja o filho do favelado. O filho do rico que trafica e pode pagar



Fonte: Secretarias estaduais de Segurança Pública, elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

“Policial bem preparado evita que haja confronto”, diz Styvenson Valentim

Antes de se tornar político, nas eleições de 2018, Styvenson Valentim (Podemos-RN) trabalhou por 16 anos como policial militar no Rio Grande do Norte.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Para o senador, a violência policial, “se é violência, é uma resposta à violência da sociedade, ainda que o problema não se restrinja à sociedade”.

— O policial não vai ficar apático diante de uma agressão. É o Estado que está sendo representado, muitas vezes

com toda deficiência e precariedade. Porque a gente tem efetivo em defasagem, envelhecido, despreparado, mal equipado, mal remunerado, muito mal reconhecido.

Segundo ele, “policial inteligente trabalha para não ter confronto”, mas muitas vezes o policial entra numa comunidade sem a devida formação, às vezes até com problemas emocionais ou de dependência química.

Fórum defende intensificação de treinamento

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública promove estudos e encontros com o objetivo de contribuir para a elaboração de políticas destinadas a reduzir as ocorrências criminais e aumentar a segurança. Segundo o coordenador de Projetos da instituição, David Marques, o Pacote Anticrime é um ponto muito delicado.

— Essa justificativa para a ampliação dos casos de excludente de ilicitude vai justamente dar na não investigação dos casos. Se a gente já tem um cenário em que poucos casos são de fato investigados e apurados, com essa ampliação que vai assumir todos eles como legítimos a priori, isso fragiliza muito o campo, e abre muita margem para desvios.

Sobre as mortes provocadas pela polícia, Marques diz que existe uma métrica internacional, por meio da qual se colocam dois números em comparação. Se há mais de 10 mortes decorrentes de intervenção policial a cada 100 mortes violentas intencionais, caracteriza situação de uso excessivo de força policial.

— Em 2016, a gente tinha 9 das 27 unidades da Federação nessa situação. Isso indica que a gente tem um problema mais grave de atuação policial nesses estados. Naquele momento, havia 10 estados nos quais a taxa de mortes decorrente de violência policial estava reduzindo. Tratamento de choque dá resultado incerto.

Para ele, o caminho a ser seguido pelo país é a profissionalização do policiamento, “é justamente a intensificação do treinamento”.

Saiba Mais

Pacote Anticrime
<http://bit.ly/PLS1864>

Relatório de Marcos do Val
<http://bit.ly/relatorioPLS1864>

Fórum Brasileiro de Segurança
www.forumseguranca.org.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania